

'BREXIT'

LIBRA RECUPERA FACE AO EURO APÓS ACORDO ENTRE REINO UNIDO E UE

Em euros



A CAMINHO DA PARIDADE CAMBIAL?

TENDÊNCIA Depois de ter perdido valor face ao euro, quando a incerteza reinava sobre um acordo entre Reino Unido e UE, a libra acabou por recuperar após a sua assinatura. Mas os economistas antecipam uma desvalorização da moeda britânica, porque o impacto do 'Brexit' será maior no Reino Unido. E não descartam a possibilidade de em 2021 se caminhar no sentido da paridade entre as duas divisas.

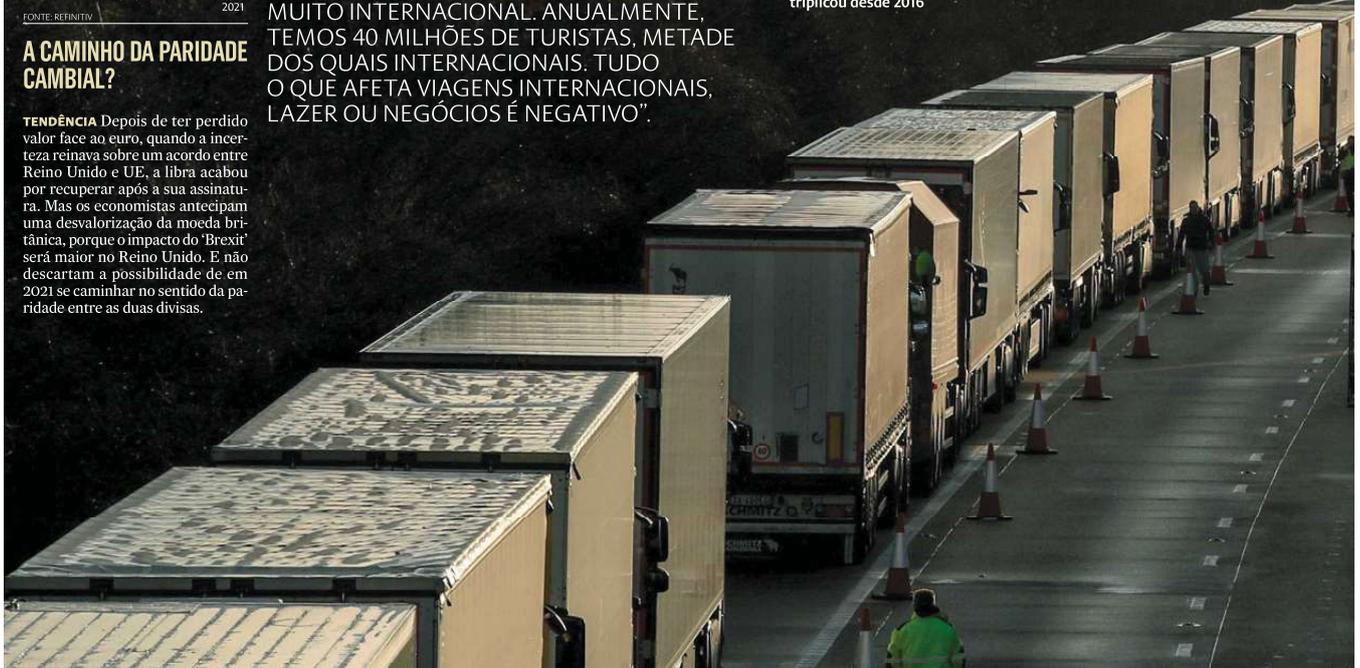
O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PROMOÇÃO LONDON PARTNERS, ALLEN SIMPSON, ACREDITA QUE LONDRES TEM POTENCIAL PARA SE DESENVOLVER ECONOMICAMENTE NO PÓS-'BREXIT' E RECUPERAR MAIS RAPIDAMENTE DO QUE OUTRAS CIDADES DA PANDEMIA DE COVID-19. E NOTA QUE "LONDRES FOI MUITO AFETADA PELA PANDEMIA PORQUE SOMOS UMA CIDADE MUITO INTERNACIONAL. ANUALMENTE, TEMOS 40 MILHÕES DE TURISTAS, METADE DOS QUAIS INTERNACIONAIS. TUDO O QUE AFETA VIAGENS INTERNACIONAIS, LAZER OU NEGÓCIOS É NEGATIVO".

18

mil cidadãos britânicos a viver em Portugal já solicitaram *online* um novo título de residência ao abrigo do Acordo de Saída, através do Portal Brexit. Por outro lado, mais de 7000 portugueses adquiriram nacionalidade britânica desde o 'Brexit' — um número que triplicou desde 2016

PORTO DE LEIXÕES APOIA PÓS-'BREXIT'

EXPORTAÇÕES A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo vai criar duas novas ligações diretas *roll-on/roll-off* à Irlanda e Inglaterra a partir do Porto de Leixões, em Matosinhos, para apoiar as empresas no pós-'Brexit'.



Dúvidas Mecanismos de salvaguarda no Acordo de Comércio Livre entre UE e Reino Unido podem colocar em causa ausência de tarifas e quotas. Barreiras não aduaneiras são outra ameaça latente

Bye-bye, Reino Unido. Amigos como dantes?

SÓNIA M. LOURENÇO

Os britânicos e europeus continentais chegaram a um acordo para regular as suas relações após o 'Brexit'. A 1 de janeiro entrou em vigor o Acordo de Comércio Livre (ainda tem de ser ratificado pelo Parlamento Europeu), sob o princípio de zero tarifas e zero quotas. Mas os mecanismos de salvaguarda previstos significam que pode entrar muita areia na engrenagem e há maiores custos para as empresas.

"O acordo era inevitável, porque ambas as partes tinham muito a perder", considera José Maria Brandão de Brito, economista-chefe do Millennium bcp, elencando, além da ver-

tente comercial, a questão militar e dos serviços financeiros — que para já permanece em aberto (ver pág. 12). Segundo um estudo do instituto alemão Ifo, metade das importações de bens do Reino Unido em 2019 tiveram como origem a UE, que foi o destino de 47% das exportações britânicas. Já do lado da UE, o Reino Unido foi o destino de 4% das exportações e a origem de 6% das importações. Quanto a

Portugal, o Reino Unido foi o destino de 5,6% das exportações de bens entre janeiro e outubro de 2020, valor abaixo dos 6,1% de 2019 e que em 2016 ultrapassava os 7%, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatística.

"O 'Brexit' é um choque negativo para a economia", diz José Maria Brandão de Brito. Ainda assim, aponta uma consequência positiva: "Impulsionou a busca por um sentido

estratégico comum na UE." E defende que o resultado foi uma "alteração paradigmática na resposta à atual crise em relação à anterior".

Francisco Torres, professor da Católica Lisbon SBE, afirma que do "ponto de vista da UE a situação era há muito insustentável e o Reino Unido já estava meio fora da União. Felizmente, o 'Brexit' teve lugar em janeiro de 2020, permitindo passos importantes na área da Saúde na Europa e no Fundo de Recuperação, que de outro modo talvez não fossem possíveis".

Areia na engrenagem

Face ao acordo alcançado, "não me parece que o 'Brexit' seja problemático para as perspetivas da economia europeia e portuguesa em particular", diz José Maria Brandão de Brito. Ainda assim, "mesmo ao nível dos bens, onde não há quotas nem tarifas, vai haver fricção". O economista antecipa que "exportar para o Reino Unido será mais complicado até se encontrar um novo *modus operandi*". Acresce que "pode surgir areia na engrenagem por causa das regras a cumprir para que os produtos beneficiem da isenção de quotas e tarifas", podendo também "surgir barreiras não tarifárias". Contudo, "nenhuma das partes está interessada nisso", argumenta.

Também Amílcar Nunes, *indirect tax associate partner* da EY, chama a atenção de que o acordo alcançado prevê "mecanismos de salvaguarda que podem introduzir muita areia na engrenagem e inviabilizar o princípio de zero tarifas e zero quotas". Para beneficiarem disso, os bens terão de cumprir certas condições (ver caixa), como serem originários de uma das partes, e no caso de incorporarem matérias de países terceiros há diversos requisitos. "Há muitas especificidades para classificar uma mercadoria como originária para efeitos de tratamento preferencial", aponta este especialista.

A necessidade de cumprir esses requisitos de origem também pode levar à realocação de empresas e à substituição de fornecedores. Um jogo em que as empresas europeias podem sair a ganhar, mas que pode gerar alguma disrupção nas cadeias de valor globais, com custos de eficiência.

Ao mesmo tempo, "pode surgir mais carga administrativa no processo de exportação e importação entre a UE e o Reino Unido, como forma de protecionismo", alerta Amílcar Nunes, apontando ainda a questão das "regras fitossanitárias e de qualidade e segurança alimentar, que podem levar a processos morosos de verificação dos produtos".

Esse é, precisamente, um dos maiores receios da fileira agroalimentar em Portugal. "Estamos num período de expectativa. Sobre tudo no caso dos frescos, há um conjunto de requisitos sanitários e fitossanitários e respetivos controlos aduaneiros que colocam entraves ao normal funcionamento das trocas comerciais", aponta Deolinda Silva, diretora executiva da PortugalFoods. Mas, para já, não foram reportados problemas.

Além do aumento da burocracia, "que pode levar, pelo menos no curto prazo, a disrupções no trânsito de mercadorias", Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE, chama a atenção para outra questão. É que o acordo "está sujeito a um conjunto de regras relativamente a direitos dos trabalhadores e outros regulamentos sociais e ambientais". Ora, "nada garante que no futuro estas regras sejam seguidas por ambas as partes, e é de esperar uma tensão constante nas relações entre Reino Unido e UE com ameaças de tarifas e restrições ao comércio entre ambos, aumentando o risco e a incerteza a que estarão sujeitas as empresas", frisa.

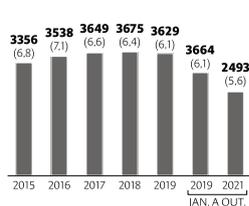
Agora, Pedro Brinca acredita que os britânicos irão "virar-se mais para a Commonwealth, com acordos com o Canadá, Estados Unidos e Austrália entre as suas prioridades". Esta "capacidade que o Reino Unido tem agora de firmar acordos semelhantes de forma autónoma com outros blocos pode ser uma ameaça, por causa do impacto na competitividade das empresas exportadoras portuguesas", alerta.

Quanto ao turismo, onde o mercado britânico é crítico para Portugal, "não vejo implicações", diz José Maria Brandão de Brito. Será obrigatória a utilização de passaporte nas viagens, mas o acordo prevê que as estadias de curta duração, seja para lazer ou negócios, fiquem isentas de visto.

slourenco@expresso.imprensa.pt

EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS DE BENS PARA O REINO UNIDO

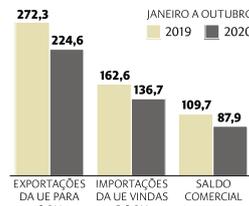
Em milhões de euros (peso em % do total)



FONTE: INE E CÁLCULOS EXPRESSO

RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A UE E O REINO UNIDO NOS BENS

Valores em mil milhões de euros



FONTE: EUROSTAT



Depois das longas filas antes do Natal, o fluxo de camiões na fronteira britânica regressou à normalidade
FOTO MATTHEW CHILDS/REUTERS

Empresas têm razões para celebrar

REGRAS A RETER

Comércio de bens

- Vigora o princípio de inexistência de tarifas e de quotas nas trocas comerciais
- Para beneficiarem desse princípio, as mercadorias têm de ser consideradas originárias de uma das partes, UE ou Reino Unido, o que implica serem inteiramente obtidas ou produzidas nessa parte; ou, quando incorporam matérias ou produtos intermédios oriundos de países terceiros, terem de cumprir certos requisitos (limite de 40% de incorporação)
- Ambas as partes têm de seguir um conjunto de regras no futuro que cobrem áreas sensíveis e subjetivas, como regulamentação social, laboral e ambiental

Circulação de pessoas

- Viagens de curta duração (até 90 dias) ficam dispensadas de visto. É o caso das viagens de turismo, onde o mercado britânico é crucial para Portugal
- As estadas superiores a 90 dias passam a exigir visto, seja para viver, estudar ou trabalhar

Acesso a profissões

- Fim do reconhecimento mútuo automático de qualificações profissionais. Novo enquadramento ainda terá de ser trabalhado

Transportes

- Ficou assegurada a conectividade aérea, rodoviária, marítima e ferroviária
- Companhias aéreas britânicas deixam de poder fazer escala na UE e prosseguir para país terceiro

Pescas

- Período de transição de cinco anos, com acesso recíproco às águas territoriais. UE aceitou um corte de 25% na sua quota pesqueira em águas britânicas

A indústria respira de alívio, mas ainda tem preocupações. A fronteira pode atrasar uma viagem em dois dias

No grupo Salvador Caetano, o fumo branco nas negociações entre a União Europeia e o Reino Unido nas negociações do 'Brexit' foi recebido como "a melhor das notícias" no fim de um ano difícil. "Foi um alívio saber que não há a haver taxas a penalizar as nossas exportações", resume Patrícia Vasconcelos, presidente executiva da CaetanoBus, com uma linha de produção de autocarros dedicada ao mercado britânico, onde trabalha com a National Express para fornecer o país de autocarros turísticos e serve os aeroportos com o seu Cobus.

Em média, o grupo vende 100 autocarros por ano para o Reino Unido, razão suficiente para ver no acordo "uma prenda especial neste Natal", tal como a generalidade das empresas lusas que trabalham com o quarto maior cliente do *made in Portugal*. É verdade que a burocracia e os trâmites alfandegários adicionais poderão levar o tempo de entrega de uma encomenda a passar de quatro para seis dias e trazer custos adicionais ao transporte, mas a CaetanoBus acredita que "as regras tenderão a flexibilizar-se com o tempo" e confia que na frente exportadora tudo irá correr como noutros países não comunitários com acordos preferenciais com a Europa.

"A grande tempestade desfez-se antes de atingir o continente europeu e Portugal." A frase, mais habitual nas previsões meteorológicas, ajuda a perceber o sentimento transversal ao mundo empresarial luso depois do 'Brexit', apesar de ainda não ter havido tempo para assimilar tudo o que mais de mil páginas de acordo implicam nem para fazer contas aos custos adicionais que aí vêm ou para dar atenção a pormenores que podem significar problemas extra, como o facto de a roupa de cama precisar de

um certificado de origem a garantir que toda a cadeia desde a tecelagem é portuguesa, quando nas tapeçarias também está em causa o local onde a rama é fiada.

"Só vou saber exatamente o que mudou na próxima semana, depois do nosso primeiro camião de 2021 entrar no Reino Unido", diz César Araújo, presidente da ANIVEC, associação que representa a fileira do vestuário, e também da Calvelex, que tem marcas inglesas do segmento de luxo entre os seus maiores clientes. Mas reconhecer a saída negociada como o melhor dos cenários possíveis "depois de quatro anos de dores de cabeça", não evita

A Eflu antecipa ganhos de competitividade e novas oportunidades no mundo da Commonwealth

"Ficamos bem com este acordo", diz a ACIBEV — Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal

"Aumenta o potencial de litígio e de argumentos pseudotécnicos usados como barreira ao comércio", admite João Gomes da Silva, da Sogrape

preocupações relativamente ao futuro: "Devemos estar salvaguardados da concorrência acrescida resultante de acordos comerciais a estabelecer pelo governo britânico com países terceiros e que transforme o país numa plataforma de entrada de vestuário no mercado europeu, tal como acontece com os Países Baixos, mas acrescido do facto de os importadores holandeses estarem sujeitos a regras comerciais comuns ao espaço comunitário que não se aplicam aos importadores britânicos", alerta.

Atento a tudo o que muda na logística, Mário de Sousa, presidente da Portocargo Transitários, admite que a passagem por Calais e Dover passe a ser mais demorada e os preços dos transportes subam. Na sua estimativa, cada dia de paragem na alfândega representará um encargo adicional de €400 por camião/motorista e um valor por contentor variável em função da tabela do terminal portuário em causa.

A "pisar terreno desconhecido"

A verdade é que, no momento atual, mesmo quem não tem no Reino Unido um mercado relevante já admite apostar no país, como é o caso da indústria da ourivesaria, pronta a "avançar até Londres logo que a pandemia o permita", adianta Nuno Marinho, presidente da associação setorial AORP.

E entre os produtores de vinho há quem brinde. "Ficamos bem com este acordo", admite Ana Isabel, diretora executiva da ACIBEV — Associação de Vinhos e Espirituosas de Portugal, satisfeita por ter visto asseguradas as principais reivindicações do sector, do respeito pelas Denominações de Origem à rotulagem. "As expectativas a médio prazo são positivas. Estamos todos a pisar terreno desconhecido e teremos alguns custos adicionais pela frente, mas acredito que isso não será relevante, apesar de ser difícil prever quantas horas por pessoa vamos ter

de contabilizar com as novas formalidades no envio de camiões", comenta João Gomes Silva, administrador da Sogrape, que tem no Reino Unido uma distribuidora e 24% das suas vendas e vê esta mudança com a confiança de quem já está em 100 mercados com diferentes níveis de exigência, apesar de saber que "aumenta o potencial de litígio e de argumentos pseudotécnicos usados como barreira ao comércio".

Carlos Santos, do grupo Trevia, com duas lojas de mobiliário, estofos e decoração no país fechadas durante mais de 130 dias devido à pandemia, precisará de uns dois meses para aprender com a experiência no terreno e perceber exatamente o que muda na fronteira, "mas como as coisas por lá estão fechadas até 15 de fevereiro, há tempo para a adaptação", comenta. Já a quebra da libra "pode ser um entrave à competitividade dos produtos europeus", alerta este empresário com um espaço próprio no Harrods e vendas de €20 milhões.

Contra a corrente geral, António Ricca, administrador da Eflu e Universal Motors, um grupo metalúrgico que fabrica bombas hidráulicas e tem duas empresas no Reino Unido, bate palmas ao 'Brexit' desde 2016 e confia que pode ganhar com a mudança e com a evolução de uma "economia liberta das regras da UE, puxada pelo investimento público". Em 2016, com a desvalorização da libra que acompanhou o referendo do 'Brexit', perdeu €100 mil em termos patrimoniais, mas confia que a moeda já assimilou este impacto. Pode haver "um aumento ligeiro" dos custos mensais induzidos pela tramitação alfandegária, mas se o Reino Unido passa a ter taxas reduzidas na importação de alguns países, ele antecipa "poder ter ganhos de competitividade" a partir da base britânica, a par das novas oportunidades que se abrem no mundo da Commonwealth.

MARGARIDA CARDOSO
mmcardoso@expresso.imprensa.pt

'BREXIT'

BANCOS ALERTAM PARA PERDAS NA CITY

FUGA DE CAPITAIS Alguns dos maiores bancos a operar no centro financeiro de Londres (conhecido por City), assim como vários analistas do sector, alertam para a perda de bilhões negociados diariamente na capital britânica para outras praças financeiras da União Europeia, de onde se destacam Paris ou mesmo Amsterdão. Apesar de tudo, o número de empregos perdidos na City, até agora, foi menor do que se temia — está entre cinco mil e sete mil.

O PORTAL DAS FINANÇAS PASSOU A DISPOR DE UMA FUNCIONALIDADE DE "AJUDA ONLINE" COM RESPOSTAS AUTOMATIZADAS A QUESTÕES FREQUENTES, NA QUAL CONTRIBUINTES COM LIGAÇÕES AO REINO UNIDO, POR EXEMPLO, PODEM TIRAR DÚVIDAS SOBRE IMPLICAÇÕES FISCAIS NA SEQUÊNCIA DO 'BREXIT'.

6

mil milhões de transações de ações de empresas europeias saíram da City para praças europeias internacionais, como Madrid, Frankfurt e Paris, no primeiro dia de negociação de 2021



A City já está a acusar os efeitos do acordo firmado no final de 2020. Negociação de ações europeias foge para outras praças
FOTO DAN KITWOOD/GETTY IMAGE

Banca portuguesa não sofre impacto

Bancos não esperam grandes consequências, mesmo não havendo ainda acordo para os serviços financeiros

Textos ISABEL VICENTE

Os banqueiros portugueses não estão preocupados com os efeitos do acordo entre a União Europeia e o Reino Unido para o 'Brexit'. Mesmo ainda antes de conhecerem as futuras regras que regerão os serviços financeiros, que ainda serão discutidas. Numa ronda pelos maiores bancos, fica a ideia de que o impacto será "marginal" ou até "neutro". Este não tem sido tema para a banca nacional, porque se tem vindo a preparar para a saída do Reino Unido, mas também porque o nível de operações na City de Londres não é relevante para a grande maioria. Quem tinha operações de mercado (como emissão de obrigações ou outras) sob jurisdição britânica — sobretudo o BCP e o Novo Banco — passou para outras jurisdições europeias, nomeadamente França, Alemanha e Luxemburgo, ainda antes de firmado o acordo. E quem não o fez já tem planos para o fazer. Embora as várias fontes ouvidas pelo Expresso minimizem as consequências, advertem, no entanto, para que entre as matérias cuja negociação ainda vai decorrer estão questões importantes, como o reconhecimento ou não das regras comunitárias por parte do Reino Unido e a posição do Banco Central Europeu (BCE) sobre a equivalência da legislação e supervisão britânica.

O economista-chefe do BCP, José Maria Brandão de Brito, acredita que a UE vai conceder estatuto de equivalência ao Reino Unido e avisa de que, se "não houver essa equivalência, será um problema". Havendo, "muito vai ficar na mesma no negócio grossista e a City pode continuar a desempenhar o seu papel, o que é uma vantagem para o Reino Unido e também para a

UE". E justifica: "O Reino Unido tem um ativo fundamental para a Europa: a infraestrutura de prestação de serviços, sobretudo financeiros, que é das mais favoráveis do mundo para a execução de negócios." Além de que "a ideia de que a Europa vai conseguir trazer o negócio em torno do euro da City para dentro da UE é perdutora", acrescentando que, mesmo que isso aconteça, "terá custos também para a Europa".

Enquanto não se sabe como vão decorrer as negociações a este nível, as entidades que atuam na City vão tomando precauções. Segundo apurou o Expresso, foram até feitos clausulados nalguns contratos do passado recente para facilitar o reconhecimento dos mesmos e minorar o grau de incerteza do que pode vir a ser acordado.

Uma das questões-chave sobre o futuro papel da City centra-se no mercado de derivados e dos fundos de investimento. Ou seja, saber se a City continua a desempenhar o mesmo papel e a que custos. Neste aspeto particular, são os grandes bancos internacionais que mais contam no tabuleiro. E os britânicos, que terão

todo o interesse em minimizar os impactos. O mercado londrino tem sido o coração financeiro da Europa, com um relevante papel na negociação de ações, mercado cambial ou derivados, e é a sua manutenção que está em causa nesta negociação.

Negociação de ações foge para outras praças

A debandada de grandes bancos e empresas do mercado de ações é o primeiro sinal de que a City já está a perder. Os números revelados pelo "Financial Times" da última terça-feira falam por si: no primeiro dia de negociação de 2021, 4 de janeiro, quase seis mil milhões de transações da UE mudaram da City para praças europeias internacionais, como Madrid, Frankfurt e Paris. Trata-se de transações de ações de empresas europeias que passavam pela praça londrina. As negociações dos títulos do Santander, do Deutsche Bank ou do grupo francês de energia Total são alguns dos exemplos dados pelo diário britânico.

"Não é um *big bang* — é um *bang* e acabou. A City perdeu o negócio de ações europeias", disse Alasdair Haynes, presidente executivo da Aquis Exchange, ao "FT". Apesar deste negócio não ser o mais lucrativo, a saída do mercado de ações significará menos em receitas fiscais para o Governo do Reino Unido, acrescenta o responsável da Aquis Exchange, um grupo de serviços de câmbio pan-europeu de negociação de ações que atua no mercado primário e secundário de valores mobiliários e títulos de dívida. No mesmo artigo, a Cboe Europe, uma das maiores bolsas de valores pan-europeias que atua no Reino Unido e Holanda, afirma que

MEDIDAS DOS REGULADORES

Banco de Portugal

As entidades com sede no Reino Unido (RU) e que estavam autorizadas a operar em Portugal ao abrigo do regime de passaporte comunitário viram o seu registo cancelado a 1 de janeiro de 2021. A celebração de novos contratos, como receção de depósitos, concessão de crédito e serviços de pagamento e emissão de moeda eletrónica, só poderá ser feita por entidades sediadas no RU se estas tiverem pedido autorização prévia ao supervisor para renovar o registo.

CMVM

As entidades que estão sob a alçada do regulador do mercado de capitais, como fundos de investimento, têm três meses desde o início do ano para decidir ficar ou denunciar. Se quiserem manter-se a operar em Portugal, têm até junho para pedir autorização ao regulador. Caso não renovem, a atividade cessa a 31 de dezembro de 2021.

ASF

No caso dos contratos de seguro, o supervisor dos seguros (ASF) informa que estes se mantêm em vigor até à sua caducidade, quando firmados até 31 de dezembro de 2020, a não ser que as partes queiram colocar um fim ao mesmo. Só existe uma seguradora com sede no RU a operar em Portugal através de sucursal (Society of Lloyd's) e mais de 40 através de sucursais em outros países.

90% dos seus fluxos totais, mais de 3,3 mil milhões de operações, passaram para Amsterdão. Também a Turquia, controlada pelo grupo da London Stock Exchange, viu a maior parte do negócio mudar para Amsterdão.

O que já mudou para as financeiras britânicas em Portugal

As entidades que prestem serviços financeiros em Portugal e tenham sede no Reino Unido terão de pedir autorização aos supervisores portugueses para continuarem a operar no mercado. As regras mudaram no primeiro dia de 2021 e as financeiras com sede no Reino Unido terão de seguir os passos que as suas congéneres de países terceiros já fazem. O direito da UE deixou de ser aplicável ao Reino Unido. Ainda assim, haverá um período de transição para as entidades financeiras darem esses passos, consoante se trate de bancos, fundos de investimento ou fundos de pensões e seguradoras (ver caixa). Os contratos celebrados antes do acordo estão protegidos. Ainda assim, os investidores devem informar-se junto das entidades onde aplicarem as suas poupanças, de forma a saberem se estas vão pedir para continuar a operar em Portugal e para perceberem o que podem ou não fazer até que seja firmado um acordo para os serviços financeiros. É possível que as financeiras sediadas no Reino Unido possam propor a passagem dos contratos para outros Estados-membros onde operem, e dessa forma tudo se manterá na mesma. É também possível denunciarem os contratos nos termos da lei geral. O Governo português aprovou um regime transitório para a prestação de serviços financeiros que termina a 31 de dezembro de 2021.

vicente@expresso.imprensa.pt